

A incidência da negação: critério de distinção de um paradigma evidencial gramaticalizado no PB

Vânia Cristina Casseb-Galvão¹

¹ Faculdade de Letras – Universidade Federal de Goiás
Caixa Postal 131 - Campus Samambaia – 74001-970 vcasseb2@terra.com.br

Abstract. *This paper investigates the negation how parameters of categorization of the evidential paradigm describe by grammatical uses of /diskⁱ/ in Brazilian Portuguese. We conjugated the theoretical frameworks by Functional Grammar (Dik, 1997, Neves, 2000) and De Haan (1996, 1997).*

Keywords. *Grammaticalization; categorization; evidentiality; negation.*

Resumo. *Este artigo investiga a negação como parâmetro auxiliar na categorização de um paradigma evidencial gramaticalizado no português do Brasil. Para a categorização dos usos de /diskⁱ/, conjugamos princípios teóricos da Gramática Funcional (Dik, 1997, Neves, 2000) e de De Haan (1996, 1997).*

Palavras-chave. *Gramaticalização, categorização; evidencialidade; negação.*

1. Considerações Iniciais

As ocorrências de (1) a (2) exemplificam integrantes do paradigma *evidencial* gramaticalizado no português do Brasil, constituído por diferentes usos de *diz que* (citativo/ouvir-dizer, de mito):

(1) *diz que* o indivíduo ele:...paga trinta anos por um imóvel....(NURC)

(2) *Diz que* um leão enorme ia andando chateado, não muito rei dos animais, porque tinha acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas (FAB)

A expressão *diz que* indica a origem indireta do conhecimento asseverado na proposição, a partir de diferentes experiências cognitivas explicitadas em usos evidenciais diferentes, mas que têm a mesma forma fonológica /diskⁱ/.

Em trabalho de orientação funcionalista (Casseb-Galvão, 2001), descrevemos os vários usos da construção *diz que* no português escrito do Brasil e, mais recentemente (Casseb-Galvão, 2004), esse mesmo exercício investigativo foi realizado a partir de dados do português falado. Os dados de língua escrita compõem o *corpus principal*, constituído para a elaboração da Gramática de Usos do Português e do Dicionário de Usos do Português, sediado no Centro de Lexicografia da UNESP de Araraquara, composto por textos de diferentes gêneros literários: dramático, jornalístico, oratório, romanesco, técnico. As iniciais que seguem os exemplos nessa modalidade da língua se referem ao título da obra em que se verificou a ocorrência. Os dados de língua falada integram a amostra do projeto NURC/BR.

Foi verificado o estatuto gramatical do *diz que* em contextos não-predicativos. E, considerando-se a viabilidade teórico-metodológica, conciliamos os postulados da Gramática Funcional com os critérios tipológicos evidenciais, propostos por Ferdinand De Haan (1996, 1997). Diferentemente de Dik (1997), Hengeveld (1988, 1989) e de Neves (2000), que reconhecem a evidencialidade como uma subcategoria modal epistêmica, para De Haan (1996, 1997), a evidencialidade é categoria gramatical independente da modalidade. Mas, há entre esses dois domínios conceituais uma inter-relação cognitiva, pois mapeiam a ancoragem da enunciação no plano epistemológico.

A hipótese é a de que, diferentemente dos modalizadores que podem incidir sobre a predicação e integrar o domínio representacional, do nível da organização predicativa, evidenciais gramaticais somente atuam na camada da proposição, do domínio das relações interpessoais, logo, não podem estar no escopo da negação, operador cujo limite de incidência é o estado de coisas descrito na predicação. Logo, evidenciais gramaticais constituem um paradigma independente da modalidade epistêmica.

Atentamos para estudos da modalidade que consideram o modelo na organização enunciativa em camadas/níveis (Dik, 1997, Neves 2000) – predicado, predicação, proposição, ilocução – e utilizamos os critérios tipológicos evidenciais propostos por De Haan (1996), que trata a negação como mecanismo da organização lógica, gramatical e da organização informacional dos enunciados. Pretende-se, portanto, neste trabalho mostrar a negação como uma variável especialmente relevante nesse entrecruzamento teórico a favor da categorização dos usos integrantes de um paradigma evidencial gramaticalizado no PB, independente da modalidade epistêmica.

2. Arcabouço Teórico

O reconhecimento da natureza epistêmica dos evidenciais e da modalização como um dos processos básicos de constituição dos enunciados (Dik, 1997, Neves, 2000) permite que se vislumbre um relacionamento gramatical ostensivo entre esses dois domínios e entre eles e os demais processos envolvidos na produção da atividade lingüística. A respeito de a relação modalização e a organização predicativa, Neves (não publicado) conclui:

"Se todo enunciado é explícita ou implicitamente modalizado (tal como é explícita ou implicitamente polarizado) e se a modalidade é apenas uma das categorias qualificacionais que afetam o estado de coisas, em todo enunciado haverá entrecruzamento da operação de modalização com qualificações como as de tempo, aspecto, polaridade e força ilocucionária. Desse modo, os operadores dessas diferentes qualificações se distribuirão nas diferentes camadas de constituição do enunciado (desde o predicado nuclear até o enunciado com estatuto de ato de fala), definindo diferentes âmbitos de incidência, com hierarquização de alcances e com conseqüente definição de resultados de sentido".

Isso significa dizer que um elemento evidencial, integrante do nível proposicional nas camadas enunciativas, apresenta propriedades específicas que o identificam como membro dessa categoria funcional. Nesse nível, os elementos exercem a função interpessoal, integram o domínio dos fatos possíveis, da proposição, do *dicto*, e sua incidência extrapola os limites da sentença, aqui entendida como a representação de

estados de coisas. Em outros termos, os processos inerentes à constituição sentencial atuantes nos níveis do predicado e da predicação, de natureza representacional, de expressão de conteúdo, não têm escopo sobre os elementos do nível da proposição, do domínio das relações interpessoais. Os integrantes da camada proposicional qualificam a verdade da proposição, não podem ser negados, questionados ou hipotetizados. De Haan (1996) menciona entre os critérios tipológicos evidenciais gramaticais a não-incidência da polaridade (negação) sobre os evidenciais. E, em relação à hierarquia entre as camadas modais, sabe-se que as mais altas, da camada proposicional, incidem sobre as de níveis mais baixos e não vice-versa.

Neves (2000) mostra modalizadores epistêmicos atuantes na predicação e modalizadores epistêmicos atuantes na proposição. E, um argumento a favor do reconhecimento de que os usos de /*disk*¹/ constituem um paradigma evidencial gramaticalizado no português do Brasil, independente de paradigmas modais, é o fato de que, como um qualificador da proposição, o *diz que* tem em seu escopo integrantes de camadas inferiores e somente pode estar no escopo de qualificadores de seu nível ou de nível superior, ou seja, quanto à hierarquia geral entre as camadas, sobre ele incidem apenas elementos da camada ilocucionária, modificadores do próprio ato de fala. Logo, o *diz que* não pode estar no escopo da negação. É o que pretendemos mostrar, tendo como parâmetro de análise a polaridade negativa em sua funcionalidade para diferentes domínios de organização lingüística: semântico, gramatical, informacional.

3. Análise

Partimos da constatação de que a diferença semântica entre esses usos de *diz que* se relaciona ao grau e ao tipo de evidência que eles expressam e o fato de que ocorrem geralmente em posição inicial no enunciado e fora da predicação são indícios de que eles têm o mesmo status sintático, são operadores, modificadores gramaticais, de natureza não-lexical que incidem sobre a proposição, não são integrantes da estrutura predicativa básica - não estão no escopo do tempo e nem da interrogação, por exemplo.

Para compor uma tipologia evidencial sistematizada, De Haan (1996) parte da correlação entre evidência direta e indireta – indicando que o usuário da língua testemunhou a ação descrita, e/ou que não testemunhou, mas tem outras evidências confiáveis para fazer a asserção - e de aspectos relacionados à escolha de determinado valor da escala evidencial, tendo a negação como parâmetro hierárquico.

O postulado básico é que evidenciais permitem a negação em seu campo de incidência, mas eles nunca podem estar no campo de incidência da negação, ou seja, evidenciais podem testemunhar um evento negativo, mas evidência negativa não pode ser expressa por um evidencial encaixado. No entanto, essa idéia pode ser ampliada, e, a negação ser vista mais amplamente, como fator de natureza múltipla, que se relaciona aos domínios conceptual, gramatical e informacional. A assunção é a que o sistema evidencial seja considerado um sistema coerente e que a relação entre os evidenciais de uma determinada língua deve ser observada segundo uma hierarquia interna. Haveria possibilidade de, pelo menos indiretamente, certos evidenciais serem negados: a escolha de certo morfema evidencial vincula negativamente todos os evidenciais que estão num nível mais alto na hierarquia evidencial. A escolha de um significado de nível mais baixo é a negação dos níveis mais altos.

De Haan (1996) explica que no idioma holandês há um marcador evidencial que denota o fato de a ação descrita não ter sido observada diretamente pelo falante, mas há casos em que é irrelevante marcar a origem da informação e o entendimento então é que se trata de uma ação observada diretamente. Isso permite que se postule uma hierarquia para evidencialidade nessa língua em termos de evidencialidade direta > evidencialidade indireta.

Outra assunção gerada por esse raciocínio é que o falante sempre escolhe o mais alto nível na hierarquia para o qual ele tem evidência. Pode-se dizer que ele só escolhe um marcador evidencial de nível mais baixo se não tem evidência direta do que assevera. Esta assunção estaria diretamente relacionada às “máximas da qualidade”, de Grice (1975, p. 45-46 *apud* De Haan, 1997a): “diga sempre a verdade”, “não diga o que você acredita que é falso”, “faça sua contribuição da maneira mais informativa possível”.

Nesse sentido, o falante sempre escolhe o mais alto nível de evidência que possui. Se a escolha recai sobre uma evidência direta não significa que não haja evidência indireta. A escolha de um certo nível da hierarquia evidencial somente tem implicações para os níveis mais altos e não para os níveis mais baixos, que podem ou não estar presentes. Essa idéia de que a escolha de um nível mais baixo significa a negação dos níveis mais altos é generalizada a partir da seguinte fórmula:

“Dada a seguinte hierarquia de marcadores evidenciais

$x_1 > x_2 > \dots > x_i$

Eleger um nível **x_n** da hierarquia implica a negação de todos os níveis x_1 para x_{n-1}

salvo se **x_n = x₁** que é o caso não-marcado e a não-negação acontece”.

(De Haan, 1997a, p. 9)

Por essa análise, a mais baixa categoria evidencial gramaticalizada (x_1) nunca pode ser negada. A categoria (x_1), que é a mais alta na hierarquia, é o caso não-marcado, valor omitido que será escolhido a menos que haja razões informacionais compelindo a que não se faça assim.

Para Halliday (1985) e para Dik (1989, p. 205), as distinções de polaridade podem ser consideradas como extremos lógicos da modalidade epistêmica, pois assinalam a certeza do falante sobre a atualidade ou a não-atualidade do estado de coisas descrito, a partir de evidências. O limite de incidência da polaridade é a predicação. Os operadores de polaridade integram o nível da predicação no modelo das camadas. Os exemplos (3) e (3a), a seguir, ratificam o afirmado::

(3) Sezão das bravas, mais pior que qualquer outra, *diz que* derruba o sujeito quarenta dias de cada vez (...). (ID)

(3a) Sezão das bravas, mais pior que qualquer outra, *não diz que* derruba o sujeito quarenta dias de cada vez (...)

Por estar fora do significado proposicional, o *diz que* incide sobre a proposição expressando a atitude do falante quanto à origem do conhecimento geral nela asseverado, logo, não pode estar no escopo da negação, um operador hierarquicamente inferior. Em (3a), o uso do operador negativo não alterou a função evidencial do *diz que*, a alteração se deu no nível ilocucionário: o *não* está funcionando como um instrumento de conversão da força ilocucionária declarativa para interrogativa geral, e não como um operador de polaridade negativa propriamente.

Em (4) pode-se observar a incidência do evidencial sobre a predicação negativa *não adianta rezar para bicheira*:

(4) Quer dizer, nunca vi padre fazendo reza de bicheira, *diz que* não adianta. (SAR)

Encontramos uma ocorrência em que o evidencial *de mito* está posposto a um operador de negação (5), o que poderia ser um contra-exemplo ao que aqui se propõe:

(5) Mas esperamos que, ao término das reflexões que vamos desenvolver, isso fique, no mínimo, claro. Ou até fácil...*não diz que* “abasta a gente saber”? (SUC)

Acontece que nesse contexto o *não* é praticamente vazio de significação negativa e tem a mesma função do operador negativo em (3a). Outro efeito da conjugação do operador negativo com o operador de *irrealis* é um abrandamento da verdade geral *abasta a gente saber*. Givón (1989, p. 167) sugere que esse valor diferenciado da negação acompanha a dimensão psicológica de certeza subjetiva.

Esse fenômeno de atenuação a partir de um aparente desvio da regra limite sentencial, limite do alcance da negação acontece com verbos não-factivos e não implicativos, que também integram a camada proposicional, como *achar*, *supor* (Neves, no prelo): a mudança de posição de um operador negativo do predicado encaixado para a predicação matriz não altera o sentido da frase. A negação transferida, um recurso direcionador pragmático, é o mecanismo estratégico do usuário da língua para atenuar a carga assertiva do conteúdo proposicional.

4. Considerações Finais

A conciliação de postulados da gramática funcional _ especialmente a consideração da hierarquia entre integrantes de camadas constitutivas do enunciado _ com os critérios tipológicos evidências gramaticais de De Haan (1996) atesta a negação ou polaridade, como uma dimensão operacionalmente relevante para a descrição de um paradigma evidencial gramaticalizado no português do Brasil, conforme se verificou para os usos não-predicativos de *diz que*.

Esse resultado, aliado aos de outros testes aplicados com o mesmo rigor teórico-metodológico, levam ao reconhecimento desses elementos como operadores evidenciais do nível da proposição, indicadores da origem do conhecimento asseverado na proposição. Tal reconhecimento traz fortes indícios de que o paradigma evidencial no PB se estabelece como categoria gramatical independente da modalidade e está em constituição, em processo de gramaticalização.

Este estudo, no entanto, mostra que, agregada à questão da distinção categorial está a funcionalidade discursiva. Isso aponta para distinções categoriais intraparadigmáticas. Os dados sugerem necessidade de maior incursão no nível das relações interacionais, uma vez que, considerando-se os postulados da Gramática Funcional do Discurso (GFD) (Hengeveld; Mackenzie, 2005), o /*d i s kⁱ*/ de mito introduz um move, unidade mínima do discurso (nível interpessoal) e o citativo incide sobre um conteúdo comunicado (unidade do nível representacional). Por isso, as postulações da Gramática Funcional do Discurso sugerem ser uma alternativa teórica interessante para a continuação da descrição desse paradigma evidencial do português do Brasil.

5. Referências Bibliográficas

- CASSEB-GALVÃO, V. C. *A expressão da evidencialidade no português do Brasil: a gramaticalização do diz que*. Relatório de pesquisa, Campus de Catalão/UFG, 2004. (não-publicado).
- _____. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara. Araraquara, 2001.
- DE HAAN, F. Evidentiality and epistemic modality. Paper presented at the 2nd ALT meeting, Eugene, OR. 1997b. Disponível em: <<http://www.unm.edu/fdehaan>>. Acesso em: Nov, 2000.
- _____. Evidentiality in Dutch. 1996. Disponível em: <<http://www.unm.edu/fdehaan>>. Acesso em: Nov, 2000.
- DIK, Simon. *The theory of Functional Grammar - Part 1: The structure of the clause*. Berlin/New York: Mouton Gruyter, 1997. .
- _____. *The theory of Functional Grammar*. Foris Publications: Dordrecht, 1989.
- GIVÓN, T. *Mind, code and context. Essays in pragmatics*. London: Lawrence, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of semantics*, v. 6, 1988, p.227-269.
- _____. Layer and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistic*, 25, 1989, p.127-157.
- HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. L. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In: GOMEZ-GONZÁLEZ, M. A.; MACKENZIE, J. L. (orgs). *Studies in Functional Discourse Grammar*. Bern: Peter Lang, 2005, p. 9-27.
- NEVES, Maria H. de M. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, p. 2000.
- _____. (...). O inter-relacionamento dos processos constitutivos do enunciado. (não publicado).